

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	49
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	50
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	51
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	610
Preferenciais	0
Total	610
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	630.768	549.905
1.01	Ativo Circulante	281.721	284.735
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	48.658	50.808
1.01.03	Contas a Receber	37.790	41.268
1.01.03.01	Clientes	37.790	41.268
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.981	10.503
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.981	10.503
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	4.631	10.144
1.01.06.01.02	Impostos a recuperar	350	359
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	190.292	182.156
1.01.08.03	Outros	190.292	182.156
1.01.08.03.02	Outros créditos	10.552	7.373
1.01.08.03.04	Debêntures com partes relacionadas	179.740	174.783
1.02	Ativo Não Circulante	349.047	265.170
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	349.047	265.170
1.02.01.07	Tributos Diferidos	58.600	58.038
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	58.600	58.038
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	290.447	207.132
1.02.01.10.03	Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	34.801	34.801
1.02.01.10.04	Outros tributos a recuperar	35.572	35.572
1.02.01.10.05	Outros Ativos	9.211	9.201
1.02.01.10.06	Depósitos e Bloqueios Judiciais	210.863	127.558

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	630.768	549.905
2.01	Passivo Circulante	82.821	83.768
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.653	4.005
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.653	4.005
2.01.02	Fornecedores	15.885	14.603
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	15.885	14.603
2.01.03	Obrigações Fiscais	47.719	47.787
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	44.719	44.754
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	40.549	40.851
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais	4.170	3.903
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.000	3.033
2.01.05	Outras Obrigações	6.189	6.435
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.155	1.754
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	1.155	1.754
2.01.05.02	Outros	5.034	4.681
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1	1
2.01.05.02.04	Credor pela concessão	1.743	1.772
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	3.290	2.908
2.01.06	Provisões	8.375	10.938
2.01.06.02	Outras Provisões	8.375	10.938
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	8.375	10.938
2.02	Passivo Não Circulante	164.133	159.877
2.02.02	Outras Obrigações	19.956	19.669
2.02.02.02	Outros	19.956	19.669
2.02.02.02.04	Obrigações fiscais	19.956	19.669
2.02.04	Provisões	144.177	140.208
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	144.177	140.208
2.03	Patrimônio Líquido	383.814	306.260
2.03.01	Capital Social Realizado	71.000	71.000
2.03.02	Reservas de Capital	97.835	97.835
2.03.04	Reservas de Lucros	137.425	137.425
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	137.425	137.425
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	77.554	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	149.909	126.158
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-28.760	-42.347
3.03	Resultado Bruto	121.149	83.811
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-8.668	-6.008
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.985	-6.379
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.317	371
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	112.481	77.803
3.06	Resultado Financeiro	5.060	5.524
3.06.01	Receitas Financeiras	5.886	6.232
3.06.02	Despesas Financeiras	-826	-708
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	117.541	83.327
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-39.987	-28.364
3.08.01	Corrente	-40.549	-23.228
3.08.02	Diferido	562	-5.136
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	77.554	54.963
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	77.554	54.963
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	127,1377	90,10328

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	77.554	54.963
4.03	Resultado Abrangente do Período	77.554	54.963

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.898	74.309
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	81.785	77.538
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	77.554	54.963
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-562	5.136
6.01.01.03	Amortização do intangível	1.922	19.877
6.01.01.04	Juros sobre Empréstimos e Financ. Debêntures	0	274
6.01.01.05	Juros sobre Debêntures Partes Relacionadas	-4.958	-4.569
6.01.01.06	Provisão de Riscos Cíveis, Tributários e Trabalhistas	6.566	1.837
6.01.01.07	Provisão de Manutenção	1.263	0
6.01.01.10	Baixa de Intangível	0	20
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-76.032	-3.135
6.01.02.01	Clientes e Contas a Receber Poder Concedente	3.478	6.031
6.01.02.02	Despesas antecipadas, outros ativos e Impostos a recuperar	2.333	-18.740
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	-83.305	-1.341
6.01.02.04	Fornecedores, Prestadores de Serviços e Partes Relacionadas	3.408	3.108
6.01.02.05	Obrigações sociais e trabalhistas	648	538
6.01.02.06	Obrigações tributárias	41.070	23.370
6.01.02.07	Outras contas a pagar	382	-284
6.01.02.08	Provisão de Riscos Cíveis, Tributários e Trabalhistas - Utilização	-2.597	-1.642
6.01.02.09	Débitos com partes relacionadas	-598	13.418
6.01.02.10	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-40.851	-27.593
6.01.03	Outros	-3.855	-94
6.01.03.01	Provisão para manutenção - utilização	-3.826	0
6.01.03.02	Apropriação da outorga variável	-29	-94
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.048	-1.516
6.02.01	Aquisição de Ativo Intangível	-4.048	-1.516
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	-49.054
6.03.02	Debêntures - Pagamento de principal	0	-48.774
6.03.03	Pagamento de Juros de Debêntures	0	-280
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.150	23.739
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	50.808	59.580
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	48.658	83.319

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	71.000	97.835	137.425	0	0	306.260
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	71.000	97.835	137.425	0	0	306.260
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	77.554	0	77.554
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	77.554	0	77.554
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	71.000	97.835	137.425	77.554	0	383.814

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	71.000	97.835	218.509	0	0	387.344
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	71.000	97.835	218.509	0	0	387.344
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-100.000	0	0	-100.000
5.04.08	Dividendos distribuídos (R\$ 163,93 por ação)	0	0	-100.000	0	0	-100.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	54.963	0	54.963
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	54.963	0	54.963
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	71.000	97.835	118.509	54.963	0	342.307

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	166.317	138.407
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	160.128	133.734
7.01.02	Outras Receitas	5.516	4.620
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	673	53
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-30.221	-19.885
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-15.447	-9.996
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-9.199	-7.766
7.02.04	Outros	-5.575	-2.123
7.02.04.01	Custos da Concessão	-4.902	-2.070
7.02.04.02	Custos da Construção	-673	-53
7.03	Valor Adicionado Bruto	136.096	118.522
7.04	Retenções	-1.922	-19.877
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.922	-19.877
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	134.174	98.645
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.172	6.232
7.06.02	Receitas Financeiras	6.172	6.232
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	140.346	104.877
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	140.346	104.877
7.08.01	Pessoal	7.082	8.137
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.473	6.708
7.08.01.02	Benefícios	1.266	1.144
7.08.01.03	F.G.T.S.	343	285
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	55.487	41.369
7.08.02.01	Federais	47.342	34.530
7.08.02.02	Estaduais	20	17
7.08.02.03	Municipais	8.125	6.822
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	223	408
7.08.03.01	Juros	0	193
7.08.03.03	Outras	223	215
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	77.554	54.963
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	77.554	54.963

Comentário do Desempenho

1T22



Comentário do Desempenho

Press Release

Matão (SP), 16 de maio de 2022 – A Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. (“Companhia”), concessionária de rodovias que administra 442 quilômetros no Estado de São Paulo, divulga hoje seus resultados referentes ao primeiro trimestre de 2022 (“1T22”).

Concessionária

A Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. está sediada na Rua Marlene David dos Santos, 325, Matão, Estado de São Paulo. Constituída em 29 de abril de 1998, iniciou suas operações em 19 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem - D.E.R., regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997. A Sociedade tem como atividade preponderante a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de São Carlos, Araraquara, Catanduva, São José do Rio Preto, Mirassol, Sertãozinho, Borborema, Matão e Bebedouro, que totaliza 442 km de extensão.

Em 25 de fevereiro de 2013 a Sociedade obteve registro como “companhia aberta” junto à CVM.



AB Concessões S.A.

A AB Concessões, criada em 2012, é uma holding controlada pelo grupo italiano Atlantia, atualmente o maior grupo no segmento de operação de rodovias da Itália e que, em conjunto com suas subsidiárias, caracteriza-se por ser um dos maiores players do segmento no mundo, atuando na gestão de mais de quatorze mil quilômetros de rodovias na Itália, França, Espanha, Brasil, Chile, Argentina, Índia, Polônia, México e Porto Rico.

A controladora AB Concessões é responsável pelas concessionárias paulistas Triângulo do Sol (100%), Rodovias das Colinas (100%) e, no Estado de Minas Gerais, pela Nascentes das Geraís (100%).

Comentário do Desempenho

DESTAQUES

- » A receita com arrecadação de pedágio da Companhia no 1T22 foi de R\$ 160,2 milhões (+19,7%).
- » A receita líquida¹ atingiu R\$ 149,9 milhões no 1T22, ante R\$ 126,2 milhões no mesmo período de 2021 (+18,8%).
- » O tráfego da Companhia no 1T22 foi de 11,2 milhões de eixos equivalentes², volume 10,6% maior que o tráfego do primeiro trimestre de 2021.
- » O EBITDA Ajustado³ no 1T22 foi de R\$ 114,4 milhões (+17,1%).

¹ Exclui as Receitas de Construção

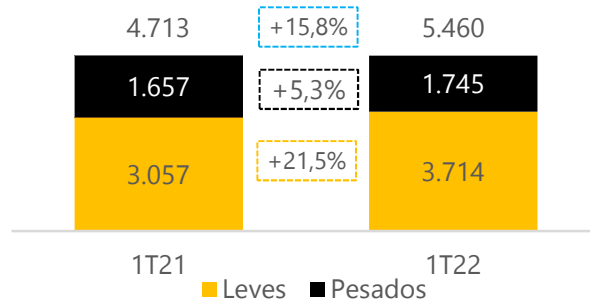
² Eixo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em eixos equivalentes de acordo com o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

³ O EBITDA Ajustado é calculado a partir do EBITDA, excluindo provisão para manutenção de rodovias. A Administração da Companhia entende que o EBITDA Ajustado é um indicador mais adequado para análise do desempenho econômico operacional da Companhia, já que exclui as alterações contábeis sem efeito caixa que podem afetar pontualmente os resultados. A Margem EBITDA ajustada é a divisão entre o EBITDA ajustado e a Receita Líquida (excluindo a receita de construção).

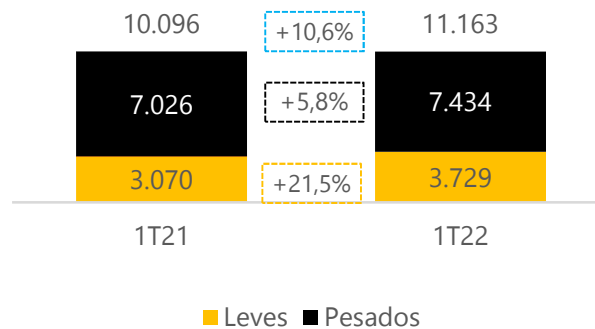
Comentário do Desempenho

Tráfego

» Em milhares de veículos



» Em milhares de eixos equivalentes



O aumento no número de veículos que transitaram pelas rodovias da Companhia no primeiro trimestre de 2022 foi de 15,8%.

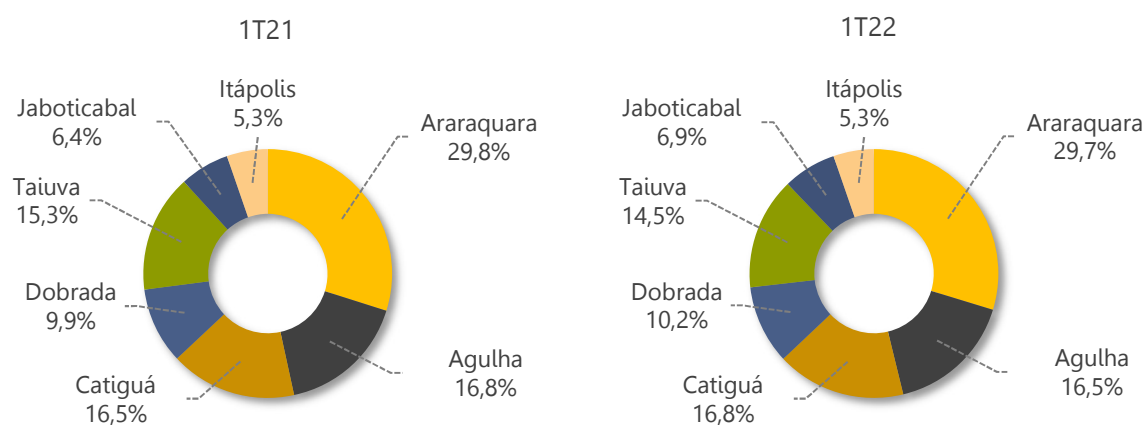
No primeiro trimestre de 2022, o tráfego da Companhia foi de 11,2 milhões de eixos equivalentes (+10,6%).

Com o avanço da vacinação e medidas de isolamento social menos rígidas em 2022, o tráfego da Companhia apresentou forte recuperação. A Companhia superou (+12,7%) os níveis de tráfego de 2019 (pré-pandemia).

O tráfego da Companhia tem sua maior concentração na rodovia SP 310 (Washington Luís), que representa aproximadamente 63,0% do volume de tráfego total, em eixos equivalentes. O corredor da Rodovia SP 310 é uma importante via de ligação entre as regiões noroeste do Estado de São Paulo e Centro Oeste do Brasil, grandes produtoras de *commodities* do agronegócio, e a região metropolitana da cidade de São Paulo e o Porto de Santos.

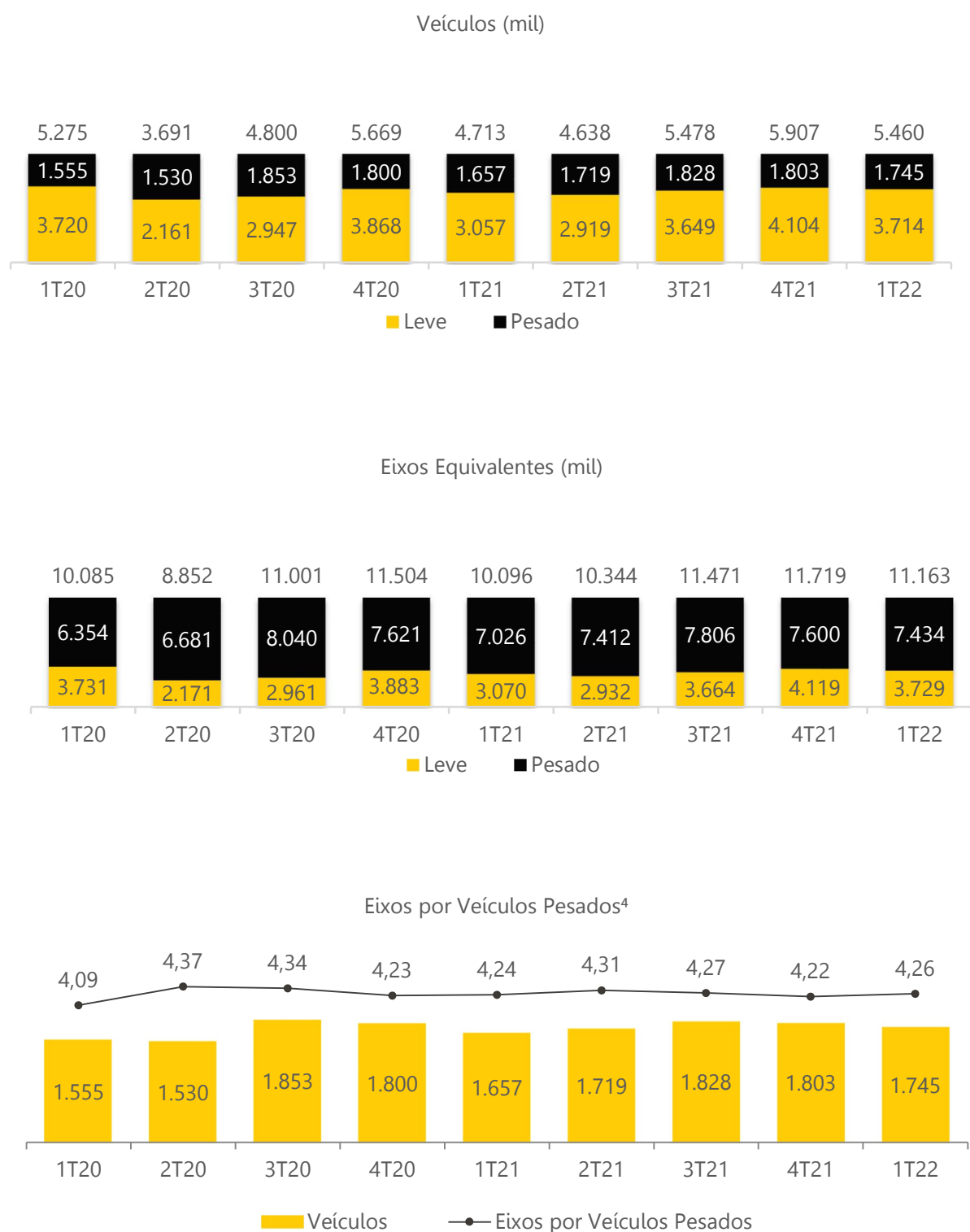
Comentário do Desempenho

» Tráfego por praça em eixos equivalentes



Comentário do Desempenho

Histórico de Tráfego



⁴ O valor de eixos por veículo pesado é o resultado da divisão de eixos equivalentes pesados por veículos pesados.

Comentário do Desempenho

Tarifa Média⁵

A tarifa média por eixo equivalente da Companhia no 1T22 foi de R\$ 14,34 (+8,3%). A tabela abaixo apresenta a tarifa de cada praça de pedágio:

Praça de Pedágio	Tarifa
Araraquara	18,70
Agulha	12,50
Catiguá	17,60
Dobrada	9,70
Taiúva	8,90
Jaboticabal	15,10
Itápolis	8,40

No dia 25 de junho de 2021, foi autorizado pela ARTESP o reajuste do valor da Base Tarifária Quilométrica com percentual de 8,06%, baseado na evolução do IPCA entre junho/2020 e maio/2021, para vigorar a partir de 01 de julho de 2021.

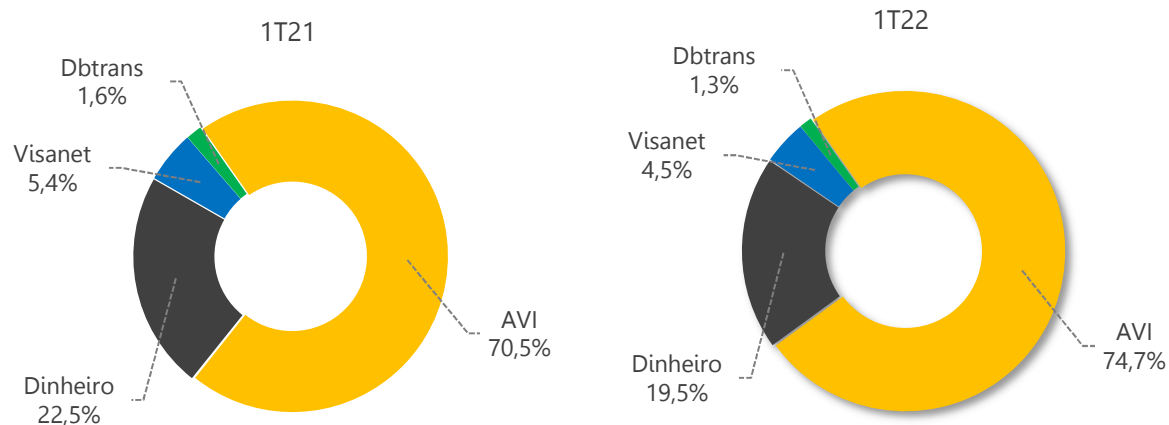
⁵ A tarifa média é obtida através da divisão entre a receita de pedágio e o número total de eixos equivalentes.

Comentário do Desempenho

Receita

Receita (R\$ Mil)	1T21	1T22	Var %
Receita com arrecadação de pedágio	133.734	160.128	19,7%
Receita de construção	53	673	1169,8%
Outras receitas	4.229	3.196	-24,4%
Receita bruta	138.016	163.997	18,8%
Imposto sobre a receita e outras deduções	(11.858)	(14.088)	18,8%
Receita operacional líquida	126.158	149.909	18,8%
Receita líquida (ex Construção)	126.105	149.236	18,3%

A receita líquida da Companhia no primeiro trimestre de 2022 foi de R\$ 149,3 milhões (+18,3%). No primeiro trimestre de 2022, 74,7% das receitas de pedágio foram arrecadadas por meio de dispositivos eletrônicos (AVI) e 25,3% por meio manual.



Comentário do Desempenho**Custos e Despesas Operacionais**

Custos Inerentes à Operação (R\$ Mil)	1T21	1T22	Var %
Funcionários	(5.591)	(6.647)	18,9%
Materiais e equipamentos	(3.607)	(4.676)	29,6%
Exploração da concessão	(2.070)	(4.902)	136,8%
Prestadores de serviços	(9.302)	(9.710)	4,4%
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(1.838)	(6.565)	257,2%
Reembolso de seguros	96	336	250,0%
Outras despesas	(1.235)	(1.446)	17,1%
Outras receitas operacionais	371	2.317	524,5%
Sub total	(23.176)	(31.293)	35,0%
Despesas de amortização	(19.877)	(1.922)	-90,3%
Sub total	(43.053)	(33.215)	-22,9%
Despesas relacionadas a ampliações e manutenção (R\$ Mil)	1T21	1T22	Var %
Conserva, manutenção e operação da rodovia	(5.249)	(3.540)	-32,6%
Provisão para manutenção	-	-	0,0%
Despesas com construção	(53)	(673)	1169,8%
Sub total	(5.302)	(4.213)	-20,5%
Total custos e despesas operacionais	(48.355)	(37.428)	-22,6%

EBITDA

EBITDA (R\$ Mil)	1T21	1T22	Var %
Receita líquida	126.158	149.909	18,8%
Receita de construção	(53)	(673)	1169,8%
Receita líquida (ex receita de construção)	126.105	149.236	18,3%
Custos operacionais	(48.355)	(37.428)	-22,6%
Custos de construção	53	673	1169,8%
Custos operacionais (ex custos de construção)	(48.302)	(36.755)	-23,9%
EBIT	77.803	112.481	44,6%
Depreciação e amortização	19.877	1.922	-90,3%
EBITDA	97.680	114.403	17,1%
Provisão para manutenção	-	-	0,0%
EBITDA ajustado	97.680	114.403	17,1%
Margem EBITDA ajustado	77,5%	76,7%	-1,0%

O EBITDA Ajustado da Companhia foi de R\$ 114,4 milhões no primeiro trimestre de 2022 (+17,1%).

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ Mil)	1T21	1T22	Var %
Receita com rend. de aplicações financeiras e outras	1.663	928	-44,2%
Juros com partes relacionadas	4.569	4.958	8,5%
Receita com operações de instrumentos financeiros	-	-	0,0%
Outras receitas financeiras	-	-	0,0%
Receitas financeiras	6.232	5.886	-5,6%
Juros e variações monetárias sobre debêntures	(274)	-	0,0%
Despesa com operações de instrumentos financeiros	-	-	0,0%
Outras despesas financeiras	(434)	(826)	90,3%
Despesas financeiras	(708)	(826)	16,7%
Resultado financeiro líquido	5.524	5.060	-8,4%

O resultado financeiro líquido da Companhia foi de R\$ 5,1 milhões no 1T22 (-8,4%).

Lucro Líquido

O lucro líquido no 1T22 foi de R\$ 77,6 milhões (+41,1%).

Comentário do Desempenho

Eventos Subsequentes

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 25, de 01 de abril de 2022 foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão por mais 140 dias (a partir de 04 de abril de 2022). Com essas prorrogações, o período de exploração da concessão foi estendido para 22 de agosto de 2022.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2022, foi aprovada a proposta para a alocação do lucro líquido do exercício de 2021 da seguinte maneira: (a) R\$ 52.225 (cinquenta e dois milhões, duzentos e vinte e cinco mil reais) distribuídos diretamente ao acionista da Companhia em razão do excedente à conta de Reserva de Lucros, nos termos do art. 199 da Lei das Sociedades por Ações; e (b) R\$ 162.276 (cento e sessenta e dois milhões, duzentos e setenta e seis mil reais) alocados na conta de Reserva de Lucros da Companhia.

Comentário do Desempenho

Governança Corporativa

Em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa adotadas pelo mercado, bem como recomendações emitidas pelos órgãos reguladores existentes, destacamos as principais práticas adotadas atualmente pela Companhia:

» Conselho de Administração

- O Conselho de Administração tem sua atuação definida no âmbito institucional da organização, atuando na fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, na análise dos relatórios da administração e prestação de contas da Diretoria, na convocação de assembleias, na aprovação do Plano de Negócios, entre outras atribuições.
- Formado por membros distintos da diretoria da Companhia, com experiência em finanças, operações rodoviárias e engenharia;
- Com regimento referente a periodicidade de reuniões;
- Com o cargo de presidente do Conselho ocupado por pessoa distinta da Direção do Negócio.

» Auditoria e Demonstrações Financeiras

- Auditoria Independente das Demonstrações Financeiras;
- Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

» Transparência e Gestão

- Adoção de melhores práticas de divulgação de informações e resultados;
- Política de divulgação e uso de informações que estabelece normas e procedimentos a serem observados na divulgação de atos e fatos relevantes por parte da Companhia;
- Existência de website de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente e tempestiva das informações e resultados da Companhia.

» Considerações Finais

As informações trimestrais (ITR) da Concessionária Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios de legislação societária brasileira, a partir das informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

Comentário do Desempenho

Responsabilidade Socioambiental



Seguindo um sistema de gestão que maximiza o conceito de responsabilidade social, a AB Concessões investe constantemente em ações que valorizam a comunidade e o meio ambiente. A atuação do Grupo reconhece seu papel como protagonista ao colaborar com o desenvolvimento socioeconômico das comunidades por onde passam suas rodovias, com a segurança e a condução segura dos veículos e

com a redução dos impactos ambientais de suas operações.

Para tanto, o investimento social privado do Grupo é direcionado, especialmente, a programas que valorizam a integridade, a segurança nas vias, e o bem-estar dos usuários e da comunidade de forma eficaz. Assim, efetiva um trabalho de inteligência, no qual é produzido um estudo detalhado das ocorrências no perímetro da malha viária concedida e que tem servido de base para a elaboração de projetos focados na redução de acidentes. A pesquisa aponta os principais pontos críticos nas vias. Com base nesses dados, uma equipe de profissionais altamente qualificados identifica as prováveis causas, e elabora a estratégia a ser aplicada a fim de evitar novos acidentes.

Além das melhorias em estrutura viária e operacionais, a Companhia também realiza diversas campanhas educativas e preventivas para os usuários e moradores de cidades próximas das rodovias, por meio do Plano de Redução de Acidentes (PRA), um programa que visa promover a educação no trânsito para os mais diversos públicos como caminhoneiro, ciclista, motociclista, pedestre, alunos dos ensinos fundamental e médio, motoristas e comunidade. O foco é promover a cidadania e diminuir acidentes por meio da conscientização.

Apresentação dos Resultados

As informações financeiras e operacionais são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações trimestrais foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Comentário do Desempenho**Demonstração do resultado**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de reais - R\$)	31/03/2022	31/03/2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	149.909	126.158
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(28.760)	(42.347)
LUCRO BRUTO	121.149	83.811
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	(10.985)	(6.379)
Provisão para perda esperada de crédito do contas a receber	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	2.317	371
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	112.481	77.803
Receitas financeiras	5.886	6.232
Despesas financeiras	(826)	(708)
RESULTADO FINANCEIRO	5.060	5.524
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	117.541	83.327
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Correntes	(40.549)	(23.228)
Diferidos	562	(5.136)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	77.554	54.963
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	127,14	90,10

Comentário do Desempenho**Balanço patrimonial**

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais - R\$)	31/03/2022	31/12/2021
ATIVOS		
CIRCULANTES		
Caixa e equivalentes de caixa	48.658	50.808
Contas a receber de clientes	37.790	41.268
Tributos e encargos a recuperar	4.981	10.503
Contas a receber de partes relacionadas	-	-
Debêntures com partes relacionadas	179.740	174.783
Outros ativos	10.552	7.373
Total dos ativos circulantes	281.721	284.735
NÃO CIRCULANTES		
Outros ativos	9.211	9.201
Debêntures com partes relacionadas	-	-
Tributos e encargos a recuperar	70.373	70.373
Depósitos e bloqueios judiciais	210.863	127.558
Imposto de renda e contribuição social diferidos	58.600	58.038
Direito de uso	-	-
Intangível	-	-
Total dos ativos não circulantes	349.047	265.170
TOTAL DOS ATIVOS	630.768	549.905
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTES		
Debêntures	-	-
Passivo de arrendamento	-	-
Fornecedores	15.885	14.603
Débitos com partes relacionadas	1.155	1.754
Imposto de renda e contribuição social a pagar	40.549	40.851
Obrigações fiscais	7.170	6.936
Credor pela concessão	1.743	1.772
Provisão para manutenção	8.375	10.938
Obrigações sociais e trabalhistas	4.653	4.005
Dividendos a pagar	1	1
Outras contas a pagar	3.290	2.908
Total dos passivos circulantes	82.821	83.768
NÃO CIRCULANTES		
Obrigações fiscais	19.956	19.669
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	144.177	140.208
Total dos passivos não circulantes	164.133	159.877
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	71.000	71.000
Reservas de capital	97.835	97.835
Reservas de lucros	137.425	137.425
Lucros Acumulados	77.554	-
Total do patrimônio líquido	383.814	306.260
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	630.768	549.905

Comentário do Desempenho

Demonstração dos fluxos de caixa

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (Em milhares de reais - R\$)	31/03/2022	31/03/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do período	77.554	54.963
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(562)	5.136
Amortização do intangível	1.922	19.877
Baixa do intangível	-	20
Juros sobre debêntures passivas e empréstimos e financiamentos	-	274
Juros sobre debêntures ativas com partes relacionadas	- 4.958	(4.569)
Provisão para manutenção	1.263	-
Provisão para perda de créditos esperada	-	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	6.566	1.837
Resultado de instrumentos financeiros não realizados	-	-
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber de clientes e do Poder Concedente	3.478	6.031
Partes relacionadas	(598)	13.418
Outros ativos e impostos a recuperar	2.333	(18.740)
Depósitos e bloqueios judiciais	(83.305)	(1.341)
Fornecedores e partes relacionadas	3.408	3.108
Obrigações sociais e trabalhistas	648	538
Obrigações fiscais	41.070	23.370
Provisão para manutenção - utilização	(3.826)	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários - Pagamento	(2.597)	(1.642)
Apropriação da outorga variável	(29)	(94)
Outras contas a pagar	382	(284)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	42.749	101.902
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(40.851)	(27.593)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.898	74.309
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de intangível	(4.048)	(1.516)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	(4.048)	(1.516)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos	-	-
Debêntures:		
Pagamento de principal	-	(48.774)
Pagamento de juros	-	(280)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	-	(49.054)
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2.150)	23.739
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	50.808	59.580
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	48.658	83.319

Comentário do Desempenho

Contate RI:

Alexandre Tujisoki
diretor financeiro e de
relações com investidores
+55 (11) 3508-9600

Fábio Moura e Silva
gerente financeiro
+55 (11) 3508-9608

www.abtriangulodosol.com.br
ri@triangulodosol.com.br



Notas Explicativas

Informações contábeis intermediárias

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

31 de março de 2022
com Relatório do Auditor Independente

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

A Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. ("Companhia"), sediada em Matão, Estado de São Paulo, foi constituída em 29 de abril de 1998 e iniciou suas operações em 19 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem - DER, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997. A Companhia obteve, em 25 de fevereiro de 2013, o registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia é uma controlada da AB Concessões S.A., por sua vez, uma subsidiária do grupo italiano Atlantia ("Grupo").

A Companhia tem como atividade preponderante a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de São Carlos, Catanduva, Mirassol, Sertãozinho, Borborema, Matão e Bebedouro. No contrato firmado com o DER, compete à Companhia a execução e gestão dos serviços delegados, do apoio aos serviços não delegados e dos serviços complementares, pelo prazo inicial predeterminado de 20 anos.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 16, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido por meio da prorrogação do prazo de concessão por mais 37 meses sem alteração do valor do ônus fixo, bem como do prazo de pagamento original.

Dessa maneira, o período de exploração da concessão foi estendido para 18 de julho de 2021.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 23, de 06 de fevereiro de 2019, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido por meio da prorrogação do prazo de concessão por mais 58 dias sem alteração do valor do ônus fixo, bem como do prazo de pagamento original.

Com essas prorrogações, o período de exploração da concessão foi estendido para 14 de setembro de 2021.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 24, de 13 de setembro de 2021 - o qual consolida e revoga o prazo concedido por meio do TAM nº 23, de 06 de fevereiro de 2019 - foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão por mais 188 dias.

Com essas prorrogações, o período de exploração da concessão foi estendido para 21 de janeiro de 2022.

Em 21 de janeiro de 2022, por meio do Termo de Retirratificação ao Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 24, de 13 de setembro de 2021, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão por mais 259 dias (a partir de 18 de julho de 2021).

Com essas prorrogações, o período de exploração da concessão foi estendido para 03 de abril de 2022.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 25, de 01 de abril de 2022, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão por mais 140 dias (a partir de 04 de abril de 2022). Com essas prorrogações, o período de exploração da

Notas Explicativas

concessão foi estendido para 22 de agosto de 2022, conforme mencionado na nota explicativa nº 25.

Dessa maneira, o contrato de concessão, detido pela Companhia, para exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de São Carlos, Catanduva, Mirassol, Sertãozinho, Borborema, Matão e Bebedouro, firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem ("DER"), pelo prazo inicial predeterminado de 20 anos, e prorrogado pelos Termos Aditivos e Modificativos nº 16, nº 24 e nº 25, tem vigência até 22 de agosto de 2022. Contudo, a Companhia possui outros pleitos em discussão, cuja modalidade de reequilíbrio ainda não foi definida. Após a avaliação do Poder Concedente sobre os respectivos pleitos, caso não haja reequilíbrio na modalidade de extensão de prazo, a Companhia entrará em dormência.

As tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ocorrida até 31 de maio de cada ano. Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o TAM nº 22, de 15 de dezembro de 2011, que definiu a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantida a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicaria a revisão contratual para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderia determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, por meio de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM passariam a vigorar a partir de 1º de julho de 2013. Entretanto, por Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP de 27 de junho de 2013, a ARTESP autorizou o reajuste das tarifas de pedágio a partir de 1º de julho de 2013 mantendo como índice o IGP-M, conforme previsto nos termos originais do contrato de concessão.

Contudo, conforme determinação do governador do Estado de São Paulo, o reajuste das tarifas não foi repassado aos usuários em 1º de julho de 2013, sendo o ônus dessa medida assumido pelo Estado. A compensação dos impactos dessa medida está sendo analisada pela ARTESP. Até o momento foram determinados os seguintes procedimentos de compensação: (a) redução de 50% dos pagamentos variáveis mensais efetuados (ônus variável) por prazo indeterminado (esta redução ficou vigente até assinatura do TAM 24); e (b) implantação da cobrança dos eixos suspensos para caminhões. A cobrança dos eixos suspensos para caminhões está em vigor desde a publicação da resolução do Governo do Estado de São Paulo. Outras medidas em estudo para a compensação dos impactos do não repasse do reajuste das tarifas são: (a) utilização de eventuais créditos que o Poder Concedente detenha contra a Companhia; e (ii) se houver necessidade, utilização do pagamento dos valores fixos mensais (ônus fixo) devido.

Em 28 de junho de 2014, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo - DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio, a partir de 1º de julho de 2014, em 5,72%, percentual este em desacordo com o que prevê a deliberação extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP. A Companhia desconhece a forma de cálculo utilizada para a definição do reajuste, o que evidencia a unilateralidade da medida e irá negociar o reajuste correto com a ARTESP para assegurar seus direitos contratuais. Em 27 de junho de 2015, por meio de publicação no DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio, a partir de 1º de julho de 2015, em 4,11%. Em 26 de junho de 2015, foi celebrado entre a Companhia e a ARTESP o Termo de Rerratificação ao TAM nº 22/11, o qual estabelece que a partir de 1º de julho de 2015, para fins de reajuste da base tarifária quilométrica anual, será utilizado o índice de menor variação percentual apurado entre o IGP-M e o IPCA, preservado à Companhia o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será implementada por meio de aumento do prazo da concessão, a ser formalizado por aditivo contratual.

Notas Explicativas

Em 30 de maio de 2018, foi sancionada a Resolução SLT n. 04, a qual dispõe sobre a isenção de cobrança de eixos suspensos de veículos de transporte de carga que circulam vazios. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia possui o direito à recomposição do reequilíbrio contratual na equivalente medida dos impactos financeiros provenientes da aplicabilidade da referida resolução.

Em 25 de junho de 2021, por meio de publicação no DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio em 8,06%, sendo aplicável a partir de 1º de julho de 2021.

Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia assumiu o compromisso (ônus) de pagar:

- Valor fixo a ser liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em junho de 1998 e a última em maio de 2018. Essa obrigação era registrada na rubrica “Credor pela concessão” e foi ajustada a valor presente a partir do início da concessão à taxa de juros de 6% ao ano, definida pela Administração com base na taxa de captação de recursos obtidos de terceiros naquela data. A contrapartida do ajuste a valor presente foi lançada na rubrica “Direito de exploração”, classificada no ativo intangível;
- Valor variável correspondente a 3% da receita de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

Conforme supra informado, o Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) nº 22/2011, retirratificado em 26/06/2015, teve a finalidade de alterar o índice de reajuste das tarifas de pedágio para aquele que, entre o Índice Geral de Preços de Mercado (“IGPM”) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), apresentasse a menor variação percentual. As cláusulas do TAM passariam a vigorar a partir de 1º de julho de 2013. Entretanto, por Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP de 27 de junho de 2013, a ARTESP autorizou o reajuste das tarifas de pedágio a partir de 1º de julho de 2013 mantendo como índice o IGP-M, conforme previsto nos termos originais do contrato de concessão.

Contudo, conforme determinação do governador do Estado de São Paulo, o reajuste das tarifas não foi repassado aos usuários em 1º de julho de 2013, sendo o ônus dessa medida assumido pelo Estado, que determinou, como compensação dos impactos, dentre outros, a redução de 50% dos pagamentos variáveis mensais efetuados (ônus variável) por prazo indeterminado.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) nº 24, de 13 de setembro de 2021, foi definido pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, que durante o período de prorrogação do prazo determinado neste TAM, será devido à ARTESP o valor referente ao ônus variável (ônus de fiscalização) sobre as receitas à alíquota de 3%, conforme originalmente previsto no contrato de concessão.

A Companhia concluiu os principais compromissos decorrentes da concessão.

A Companhia estima o montante de R\$9.163, em 31 de março de 2022, para cumprir com as obrigações de recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

A Companhia, independentemente da manutenção e da conservação necessárias para manter nível adequado de serviços durante o período de concessão, deverá devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos, a partir do prazo original do contrato, para as estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequentemente à devolução, não

Notas Explicativas

deverá ocorrer a necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras de arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será sem ônus ao Poder Concedente e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos.

A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado das obras e dos bens cuja construção ou aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do período da concessão, desde que realizadas para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

2. Base de apresentação e elaboração das Informações contábeis intermediárias e principais políticas contábeis

Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *“Interim Financial Reporting*, emitida pelo *“International Accounting Standards Board - IASB”*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (última demonstração financeira anual).

As informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações financeiras preparadas de acordo com as *“International Financial Reporting Standards – IFRS”* e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Contudo, as informações contábeis intermediárias contém notas explicativas selecionadas que explicam os eventos e transações significativas que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Companhia desde a sua última demonstração financeira anual.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações contábeis intermediárias foram autorizadas para emissão pela administração da Companhia em 16 de maio de 2022.

3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação dessas informações contábeis intermediárias exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos significativos realizados pela Companhia durante a aplicação das políticas contábeis e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que

Notas Explicativas

possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas na última demonstração financeira anual.

3.1 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias são as mesmas que as aplicadas na preparação da última demonstração financeira anual. Portanto, a Administração optou por não divulgar novamente em detalhes as políticas contábeis adotadas pela Companhia. Assim, faz-se necessário a leitura dessas informações contábeis intermediárias em conjunto com as demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de modo a permitir que os usuários ampliem o seu entendimento acerca da condição financeira e de liquidez da Companhia e da sua capacidade em gerar lucros e fluxos de caixa.

3.2 Normas novas, alterações e interpretações de normas

No trimestre findo em 31 de março de 2022 não ocorreram mudanças relevantes nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados na nota explicativa 2 às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

a) Novas normas

A Companhia revisou as novas normas descritas a seguir que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 e concluiu que não houve impacto relevante nas informações contábeis intermediárias:

- Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)
- Melhorias anuais para normas IFRS – 2018-2020
- Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16)
- Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3)

Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023:

- Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8)
- IFRS 17 Contratos de Seguro, e alterações à IFRS 17 Contratos de Seguro
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Demonstração Prática 2)
- Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23/IAS 8)
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12)

Notas Explicativas**4. Caixa e equivalentes de caixa**

	31/03/2022	31/12/2021
Caixa e contas bancárias	3.510	4.752
Aplicações financeiras (a)	45.148	46.056
Total	48.658	50.808

- (a) As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, com remuneração de 96,20% em dezembro de 2021 (97,59% em 31 de dezembro de 2021), da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Contas a receber de cliente e do poder concedente

	31/03/2022	31/12/2021
Pedágio eletrônico (a)	37.017	41.381
ARTESP - ressarcimento (b)	3.956	3.956
Contas a receber – Receitas acessórias	3.207	2.321
Provisão para perdas de crédito esperada	(6.390)	(6.390)
Total	37.790	41.268
 Circulante	 37.790	 41.268

- (a) Valores decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio. Vide nota 21, seção "riscos de mercado" item c).

- (b) Referem-se aos ressarcimentos de evasão de pedágio previstos no contrato de concessão integralmente provisionados.

Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes e do Poder Concedente, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do trimestre. O prazo médio de vencimento, exceto ARTESP, é de 30 dias.

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperada está demonstrada a seguir:

	31/03/2022	31/03/2021
Início do trimestre	(6.390)	(5.122)
Adições a provisão trimestre	-	-
Reversões no trimestre	-	-
Em 31 de março de 2022	(6.390)	(5.122)

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/03/2022	31/12/2021
A vencer	35.264	39.581
Vencidos:		
Até 30 dias	344	343
De 31 a 90 dias	592	681

Notas Explicativas

Acima de 90 dias

7.980	7.053
44.180	47.658

6. Tributos e encargos a recuperar

	31/03/2022	31/12/2021
IRPJ/CSLL - repetição de indébito - ágio (a)	34.801	34.801
Multas/Juros - repetição de indébito - ágio (a)	35.572	35.572
IRPJ / CSLL - pgto a maior	4.631	10.144
IRRF - Aplicações Financeiras	209	218
Outros Tributos	141	141
Tributos e encargos a recuperar	75.354	80.876
Circulante	4.981	10.503
Não Circulante	70.373	70.373
Tributos e encargos a recuperar	75.354	80.876

- (a) Em 23 de dezembro de 2021, por meio de Ata do Conselho de Administração da controladora AB Concessões S.A., foi deliberado acerca do pedido de restituição dos tributos, multas e juros pagos em decorrência de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, decorrente do aproveitamento de ágio fiscal pela Companhia nos anos de 2016 e 2017, com redução da multa em 50%, com subsequente pedido de restituição para discutir o mérito do aproveitamento do ágio fiscal.

Em 15 de fevereiro de 2022, por meio de Ata do Conselho de Administração da controladora AB Concessões S.A., foi deliberado acerca do depósito judicial do ágio fiscal amortizado pela Companhia entre 2018 e 2021, acrescido de juros e multa de 20% do valor, totalizando R\$ 81.111, com o consequente pedido de declaração de legalidade para discutir o mérito de aproveitamento de tal ágio fiscal, sendo que, nesta mesma causa foi ajuizada o pedido de restituição do ágio – registrado como tributo a recuperar- pago em decorrência de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, decorrente do aproveitamento de ágio fiscal pela Companhia nos anos de 2016 e 2017, conforme deliberado em reunião do Conselho de Administração de 23 de dezembro de 2021. O benefício fiscal foi calculado sobre o ágio de aquisição da Companhia, que foi pago pela antiga controladora da Companhia, a qual foi posteriormente incorporada em 31 de julho de 2015. Com a cisão e posterior incorporação pela Companhia da parcela cindida, a Companhia passou a ter o direito do aproveitamento desse benefício fiscal, no montante de R\$ 97.835, que corresponde a 34% do valor pago na aquisição do direito de concessão, registrado conforme Instrução CVM nº 319/99 e respectiva nota explicativa emitida pela CVM, bem como interpretação técnica ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, esses impostos diferidos ativos tiveram como contrapartida a rubrica "Reservas de capital" no patrimônio líquido. O ágio que originou esse benefício fiscal foi calculado sobre a rentabilidade futura da Companhia e foi realizado de forma proporcional à amortização fiscal do ágio incorporado que o originou, até o período findo em 30 de setembro de 2021.

7. Partes relacionadas

As transações realizadas e os saldos correspondentes estão demonstrados a seguir:

Saldos patrimoniais	31/03/2022	31/12/2021
Ativo circulante		
Controladora:		
AB Concessões S.A. (a)	179.740	174.783

Notas Explicativas

	179.740	174.783
Passivo circulante		
Dividendos a pagar – controladora		
AB Concessões S.A.	1	1
Fornecedores – Controladora		
AB Concessões S.A. (b)	917	869
Fornecedores - outras partes relacionadas		
Soluciona Conservação Rodoviária Ltda. (c)	237	884
	1.155	1.754

Transações que afetaram o resultado	31/03/2022	31/03/2021
Custo do Serviço Prestado		
Outras partes relacionadas		
Soluciona Conservação Rodoviária Ltda. (c)	(3.289)	(3.040)
Despesas Administrativas		
AB Concessões S.A. (b)	(2.512)	(2.614)
	(5.801)	(5.654)
Receitas financeiras		
Controladora		
AB Concessões S.A. (a)	4.958	4.659

- (a) Debêntures: Em 29 de setembro de 2012, a controladora AB Concessões S.A. emitiu 1.800 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor unitário de R\$500 e com vencimento original em 29 de dezembro de 2013. A Companhia adquiriu 1.000 debêntures, remuneradas a 100% da variação acumulada das taxas do CDI, acrescidas de juros que variam de 2,8% a 3,2% ao ano, que seriam pagos integralmente na data de vencimento. Essas debêntures foram repactuadas em 11 de dezembro de 2013 e seu vencimento prorrogado para 28 de janeiro de 2014, posteriormente, para 15 de abril de 2020. Em Assembleia geral de Debenturistas realizada em 12 de agosto de 2020 seu vencimento foi prorrogado para 30 de setembro de 2021. Em Assembleia Geral extraordinária, realizada em 14 de setembro de 2021, foi aprovada a alteração da data de vencimento das Debêntures da primeira série, prorrogando o seu vencimento até o dia 14 de setembro de 2022.

Os juros remuneratórios das debêntures foram alterados para 3,2% entre os dias 24 de abril de 2013 e 31 de janeiro de 2014, 1,35% de 1º de fevereiro de 2014 a 14 de agosto de 2017 e 1,6448% de 15 de agosto de 2017 até a data de seu vencimento em 14 de setembro de 2022. Os juros remuneratórios serão pagos integralmente na data do vencimento sendo incorporados a cada período de capitalização.

Os recursos repassados à controladora, por meio da aquisição das referidas debêntures, foram investidos no sistema de concessão do Rodoanel Leste, operado pela Concessionária SPMAR S.A., empresa concessionária dos trechos sul e leste do Rodoanel Mário Covas, localizado na região metropolitana de São Paulo.

Em 25 de julho de 2019, foi realizada a alienação de 145 (cento e quarenta e cinco) debêntures da 2ª Emissão de Debentures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da AB Concessões S.A. em 29 de junho de 2012, no valor de R\$159.669, através da compensação de dividendos declarados pela Companhia.

Em 24 de março de 2021, foi realizada a alienação de 167 (cento e sessenta e sete) debêntures da 2ª Emissão de Debentures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da AB Concessões S.A. de 29 de junho de 2012, no valor de R\$199.482, através da compensação de dividendos declarados pela Companhia.

Em 30 de junho de 2021, foi realizada a alienação de 85 (oitenta e cinco) debêntures da 2ª Emissão de Debentures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da AB Concessões S.A. em 29 de junho de 2012, no valor de R\$102.825, através da compensação de dividendos declarados pela Companhia.

Notas Explicativas

Em 14 de setembro de 2021, foi realizada a alienação de 63 (sessenta e três) debêntures da 2ª Emissão de Debentures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da AB Concessões S.A. em 29 de junho de 2012, no valor de R\$77.209, através da compensação de dividendos declarados pela Companhia.

- (b) Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas referente a gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executada pela controladora AB Concessões, cujos valores - divulgados como "Despesas com prestadores de serviços", conforme nota explicativa nº. 17 - são arcados inicialmente pela controladora e reembolsados trimestralmente pelas controladas mediante Nota de Débito, sem margem de lucro, até o último dia útil do mês subsequente à prestação de contas.
- (c) Contrato de prestação de serviços de conservação de rotina da faixa de domínio, nas rodovias existentes na malha rodoviária administrada pela Companhia, cujos valores - sendo divulgados em "Custos com prestadores de serviços", exceto pela recuperação e manutenção que é divulgada em "Serviços de terceiros - conservação, manutenção e operação da rodovia" conforme nota explicativa nº. 17 - são os resultantes de medições de serviços efetivamente prestados, e cuja liquidação é efetuada até o último dia útil do mês subsequente ao da execução dos serviços.

A remuneração dos principais administradores, que compreendem administrador e empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, o que inclui salário, benefícios, remuneração variável e respectivos encargos, conforme demonstrado no quadro a seguir. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho, plano de previdência privada ou remuneração baseada em participações societárias para os administradores e outros funcionários.

Os montantes destinados e reconhecidos como despesa no trimestre findo em 31 de março de 2022 foram de R\$505, (R\$426 em 31 de março de 2021), os quais fazem parte da remuneração anual dos administradores.

	31/03/2022	31/03/2021
Salários	336	301
Encargos	110	101
Outros benefícios	59	24
Total	505	426

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Crédito de imposto	31/03/2022	Variação Resultado	31/12/2021
Diferença temporária:			
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários.	144.177	3.969	140.208
Obrigações fiscais	21.653	584	21.069
Provisão para perdas de crédito esperada	6.390	-	6.390
Provisão para Manutenção	8.375	(2.564)	10.939
Base de cálculo	180.595	1.989	178.606
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%
Total dos créditos sobre diferenças temporárias	61.402	676	60.726

Notas Explicativas

Débito de imposto	31/03/2022	Variação Resultado	31/12/2021
Diferença temporária:			
Outros ativos (a)	8.242	(336)	7.906
Base de cálculo	8.242	(336)	7.906
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%
Total do débito	2.802	(114)	2.688
Crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	58.600	562	58.038

(a) Referem-se aos casos onde a Companhia espera que parte dos valores das provisões de contingências seja reembolsado, em decorrência dos contratos de seguros, conforme mencionado na nota explicativa n.º 14.

A Administração estima que a realização dos créditos de imposto de renda e contribuição social será como segue:

	31/03/2022	31/12/2021
2022	60.095	59.367
A partir de 2023	1.307	1.359
	61.402	60.726

Na determinação da estimativa de recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos, a Companhia estimou que haverá lucro tributável durante o ano de 2022 e 2023 contra o qual tais diferenças serão realizadas. A estimativa de lucro tributável leva em consideração a resolução dos desequilíbrios contratuais já reconhecidos por meio de Termos Aditivos Modificativos (TAM's), firmados entre a Companhia e o Poder Concedente, e outros pleitos em discussão, cuja modalidade de reequilíbrio ainda não foi definida (conforme nota explicativa n.º 1).

b) Reconciliação dos impostos

O imposto de renda e a contribuição social líquidos, correntes e diferidos são reconciliados com a alíquota de imposto, conforme demonstrado a seguir:

	31/03/2022	31/03/2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	117.541	83.827
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social	(39.964)	(28.331)
Diferenças permanentes	(23)	(33)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(39.987)	(28.364)
Representada por despesa de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(40.549)	(23.228)
Diferidos	562	(5.136)
	(39.987)	(28.364)
Alíquota efetiva dos impostos	34,02%	34,04 %

Notas Explicativas

9. Intangível

A movimentação é como segue:

Custo	Direito de exploração (a)	Intangível em rodovias (b)	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	74.375	904.641	3.526	982.542
Aquisições	-	417	-	417
Baixas	-	(559)	-	(559)
Saldos em 31 de março de 2021	74.375	904.499	3.526	982.400
 Saldos em 31 de dezembro de 2021	74.375	907.700	3.516	985.591
Aquisições	-	1.922	-	1.922
Baixas	-	(688)	-	(688)
Saldos em 31 de março de 2022	74.375	908.934	3.516	986.825

Amortização acumulada	Direito de exploração (a)	Intangível em rodovias (b)	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(72.671)	(846.658)	(3.335)	(922.664)
Amortização	(702)	(18.985)	(22)	(19.709)
Baixas	-	539	-	539
Saldos em 31 de março de 2021	(73.373)	(865.104)	(3.357)	(941.834)
 Saldos em 31 de dezembro de 2021	(74.375)	(907.700)	(3.516)	(985.591)
Amortização	-	(1.922)	-	(1.922)
Baixas	-	688	-	688
Saldos em 31 de março de 2022	(74.375)	(908.934)	(3.516)	(986.825)

Intangível líquido	Direito de exploração (a)	Intangível em rodovias (b)	Direito de uso de software e outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2022	-	-	-	-
 Taxa média (a.a.)	0,00%	0,84%	0,00%	-

(a) Refere-se ao valor assumido para a exploração do sistema rodoviário, conforme mencionado na nota 1. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada, para o período da concessão, cujo saldo foi totalmente amortizado em setembro de 2021, antes da assinatura do Termo Aditivo Modificativo nº 24 que estendeu o prazo da concessão até 21 de janeiro de 2022. E por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 25, de 01 de abril de 2022, o período de exploração da concessão foi estendido para 22 de agosto de 2022.

(b) Refere-se a investimentos efetuados nas rodovias que geram benefício econômico futuro e que retornarão ao Poder Concedente quando da extinção da concessão, conforme mencionado na nota 1. A amortização foi efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão aprovado até a data de reporte.

10. Fornecedores

31/03/2022

31/12/2021

Notas Explicativas

De materiais	8.162	4.574
De serviços de engenharia	7.723	10.029
Total	15.885	14.603

11. Credor pela concessão

Refere-se ao saldo do ônus da concessão, composto pelos valores devidos ao Poder Concedente pela exploração da concessão.

O valor do ônus fixo da concessão foi liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em junho de 1998 e a última em maio de 2018. Os montantes foram reajustados conforme mencionado na nota 1.

O montante do ônus variável é apresentado como segue:

	31/03/2022	31/12/2021
Parcela variável (a)	1.743	1.772
Total	1.743	1.772

(a) A partir de setembro de 2021 o ônus variável corresponde a 3% da receita de pedágio e das receitas acessórias efetivamente auferidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Conforme mencionado na nota 1, por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 24, de 13 de setembro de 2021, foi definido pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, que durante o período de prorrogação do prazo de concessão determinado, será devido à ARTESP o valor referente ao ônus variável (ônus de fiscalização) sobre as receitas à alíquota de 3%. Até agosto de 2021 a alíquota aplicada foi de 1,5%.

No decorrer do trimestre findo em 31 de março de 2022 foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 4.931 (R\$ 2.184 em 31 de março de 2021), referente à parte variável do direito de exploração.

12. Obrigações fiscais

	31/03/2022	31/12/2021
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	40.549	40.851
Programa de Integração Social - PIS e COFINS	3.784	3.521
Imposto Sobre Serviços – ISS	3.000	3.033
Outros	386	382
PIS e COFINS s/ receitas financeiras (a)	19.956	19.669
Obrigações fiscais	67.675	67.456
Circulante	47.719	47.787
Não Circulante	19.956	19.669

(a) A Companhia impetrou Mandado de Segurança visando afastar a exigibilidade das contribuições ao PIS/COFINS sobre as receitas financeiras prevista no Decreto federal nº 8.426/2015, tendo sido suspensa a exigibilidade destes tributos, mediante depósitos judiciais realizados pela Companhia, conforme nota explicativa n.º 14.

13. Provisão para Manutenção

Os valores registrados como provisão para manutenção são revisados anualmente. Os valores foram ajustados a valor presente à taxa de 11,71% ao ano em 2022 e 10,61% ao ano em 2021.

Notas Explicativas

A movimentação do saldo das provisões para manutenção é conforme segue:

	31/03/2022	31/03/2021
Saldo inicial	10.938	-
Constituição da Provisão	786	-
Ajuste a valor presente sobre a constituição	(16)	-
Realização da provisão	(3.826)	-
Ajuste a valor presente	493	-
Saldo final	8.375	-

14. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e outros

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais pendentes de resolução e correspondentes a casos administrativos (não trabalhista ou tributários), cíveis, trabalhistas e tributários.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas prováveis que possam decorrer de referidos casos e estima que sua decisão final não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado de suas operações em virtude dos depósitos judiciais existentes.

A Companhia espera que parte dos valores de provisão seja reembolsada, em decorrência dos contratos de seguros de responsabilidade civil contratados, conforme mencionado na nota explicativa nº. 23, e reconheceu os valores de reembolso como um ativo separado na rubrica de Outros ativos, no montante de R\$8.242 (R\$ 7.906 em 31 de dezembro de 2021).

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e outros é conforme segue:

	31/12/2021	Adições	Atualizações	Reversões	Pagamentos	31/03/2022
Cíveis (a)	25.448	2.581	1.453	-	(1.367)	28.115
Trabalhistas (b)	93.130	591	2.996	(1.901)	(851)	93.965
Tributário (d)	72	-	5	-	-	77
Outros processos (c)	21.558	796	45	-	(379)	22.020
Total	140.208	3.968	4.499	(1.901)	(2.597)	144.177

	31/12/2020	Adições	Atualizações	Reversões	Pagamentos	31/03/2021
Cíveis (a)	26.314	1.137	752	(2.225)	(1.618)	24.360
Trabalhistas (b)	60.984	2.893	1.843	(1.225)	(275)	64.220
Tributário (d)	1.172	-	-	(1.110)	(5)	57
Outros processos (c)	20.334	166	-	(394)	256	20.362
Total	108.804	4.196	2.595	(4.954)	(1.642)	108.999

(a) Refere-se a casos judiciais, principalmente, a pedidos de indenização por eventos ocorridos nas rodovias, ou discussões judiciais com o Poder Público, inclusive ambientais. Estes valores, decorrem, dentre outros, da tese de responsabilidade objetiva (sem culpa) atualmente aceita por parte do judiciário para determinadas situações decorrentes de contratos de serviços públicos.

(b) Refere-se a pedidos de empregados ou empregados de fornecedores, relativos a horas extras excedentes, adicional de insalubridade, entre outros. O incremento identificado no trimestre decorre de discussões sobre a responsabilidade decorrente do conceito de grupo econômico, conforme legislação trabalhista e, dentre estes, parte poderá gerar alguma perda para a Companhia, em razão de entendimento processual pelo judiciário trabalhista que denegou seguimento para determinados recursos. Tais casos ainda tem recursos pendentes de julgamento pelos tribunais superiores.

Notas Explicativas

(c) Correspondem substancialmente a processos administrativos do Poder Concedente, em razão do gerenciamento dos indicadores contratuais.

(d) Refere-se a casos judiciais vinculados aos fiscos municipais, no que tange ao recolhimento do ISSQN.

Adicionalmente, a Companhia é parte em processos (i) cíveis, decorrentes de pedidos de indenização por usuário das rodovias, desapropriações, discussões com fornecedores e com o Poder Público no valor de R\$45.733 (R\$40.196 em 31 de dezembro de 2021); (ii) trabalhistas, decorrentes de pedidos de empregados ou empregados de fornecedores, relativos a horas extras, aviso prévio, adicional de insalubridade, grupo econômico, entre outros, no valor de R\$5.539 (R\$5.454 em 31 de dezembro de 2021); (iii) tributários, decorrentes de casos judiciais de âmbito federal e/ou municipal, no valor de R\$ 119.130 (R\$ 31.672 em 31 de dezembro de 2021); (iv) outros processos, decorrentes de processos administrativos, iniciados por notificações aplicadas pelo Poder Público no valor de R\$ 7.456 (R\$ 8.750 em 31 de dezembro de 2021) ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível pelos seus advogados, para os quais não foi constituída provisão. Dentre os processos cíveis, consta a ação declaratória proposta pela ARTESP e o Governo do Estado de São Paulo, na qual se discute a anulação do TAM nº 19/06, que, conforme mencionado na nota 1, aumentou o prazo de concessão, sendo o risco classificado como possível de perda, de acordo com seus advogados. O processo está em fase de instrução e aguarda pela conclusão da perícia e produção de provas requeridas.

O saldo de depósitos judiciais e bloqueios judiciais (decorrentes de arresto ou penhora), no montante de R\$ 26.885 e R\$ 83.006 respectivamente, (R\$ 25.011 e R\$ 82.990, em 31 de dezembro de 2021), classificados no ativo não circulante, referem-se a garantias judiciais. O valor de garantia judicial corresponde, principalmente, a processos de natureza trabalhista de terceiros, cujo valor total é de R\$ 142.480 (R\$ 131.618 em dezembro de 2021) - avaliados com risco de perda provável, possível e remoto - e nos quais a Companhia foi envolvida, apenas, na fase de execução e figurou como parte na fase de conhecimento. A Companhia adota todas as medidas cabíveis para reverter os valores sob constrição judicial.

A Companhia possui depósitos judiciais de natureza tributária, no montante de R\$ 19.861 (R\$ 19.557 em 31 de dezembro de 2021) relativos à discussão judicial sobre incidência de PIS/COFINS sobre receitas financeiras, e possui Obrigações Fiscais conforme mencionado na nota explicativa n.º 12, referente ao referido depósito. Adicionalmente, a Companhia possui depósitos judiciais de R\$ 81.111 referente a pedido de declaração de legalidade para discutir o mérito de aproveitamento de ágio fiscal, conforme mencionado na nota explicativa n.º 6(a).

15. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social em 31 de março de 2022 e dezembro de 2021 é de R\$ 71.000 e está representado por 610.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, detidas diretamente pela AB Concessões S.A.

Reservas de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2015, foi aprovada a cisão total da Atlantia Bertin Concessões S.A. e incorporação de suas parcelas cindidas pela Companhia e demais empresas do grupo AB Concessões S.A. A AB Concessões S.A., única acionista da Atlantia Bertin Concessões S.A., passou a ser a controladora direta da Companhia. A Companhia registrou Reserva de capital de R\$ 97.835, como contrapartida dos saldos incorporados.

Reservas de lucros e distribuição de dividendos

Notas Explicativas

A reserva legal é calculada no fim de cada exercício, no montante equivalente a 5% do lucro líquido, até o valor máximo estabelecido em Lei (20% do capital social). Em 31 de dezembro de 2021, não foi constituída reserva legal, pois seu saldo já atingiu o limite de 20% do capital social.

O lucro remanescente, após as destinações legais e a destinação de dividendos mínimos obrigatórios de 25%, é classificado na rubrica “Reserva de lucros”.

Conforme previsto na lei das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social e, atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso, nos termos da lei.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de março de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R\$100.000, oriundos da conta de reservas de lucros.

16. Receita operacional líquida

A receita é composta conforme segue:

	31/03/2022	31/03/2021
Receita com arrecadação de pedágio	160.128	133.734
Receita de construção	673	53
Outras receitas	3.196	4.229
Receita bruta	163.997	138.016
Deduções da receita:		
ISS	(8.124)	(6.821)
PIS	(1.062)	(897)
COFINS	(4.902)	(4.140)
Receita líquida	149.909	126.158

17. Custos e despesas por natureza

	31/03/2022	31/03/2021
Serviços de terceiros - conservação, manutenção e operação da rodovia	(3.540)	(5.249)
Despesas de amortização (a)	(1.922)	(19.877)
Despesas com a exploração da concessão (custo variável da outorga)	(4.902)	(2.070)
Despesas/Custos com prestadores de serviços	(9.710)	(9.302)
Despesas com funcionários	(6.647)	(5.591)
Despesas com materiais e equipamentos	(4.676)	(3.607)
Custos com construção	(673)	(53)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(6.565)	(1.838)
Seguros	336	96
Outras receitas	2.317	371
Outras despesas gerais e administrativas	(1.446)	(1.235)
Total	(37.428)	(48.355)
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados	(28.760)	(42.347)
Despesas gerais e administrativas	(10.985)	(6.379)
Outras receitas operacionais, líquidas	2.317	371
Total	(37.428)	(48.355)

- (a) Refere-se à amortização do intangível somada à amortização dos direitos de uso contratuais por conta da aplicação do IFRS 16 e CPC 06 (R2). Este último no valor de R\$ 168 em 31 de março de 2021.

Notas Explicativas

18. Receitas e despesas financeiras

	31/03/2022	31/03/2021
Receitas financeiras		
Receita com rendimentos de aplicação financeira e outras	928	1.663
Juros debêntures com partes relacionadas	4.958	4.569
	5.886	6.232
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e debêntures	-	(274)
Outras despesas financeiras	(826)	(434)
	(826)	(708)
Resultado financeiro	5.060	5.524

19. Lucro por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

Básico e diluído	31/03/2022	31/03/2021
Lucro líquido do trimestre	77.554	54.963
Número médio ponderado de ações	610.000	610.000
Lucro por ação - básico (em R\$)	127,14	90,10

Nos trimestres findos em 31 de março de 2022 e de 2021, a Companhia não possui instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação e, portanto, o lucro por ação básico e diluído são idênticos.

20. Demonstração dos fluxos de caixa

Efeitos nas demonstrações em referência que não afetaram o caixa nos trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo.

	31/03/2022	31/03/2021
Fornecedores	(2.126)	1.099
Impostos a recuperar – IRRF	-	(17.397)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(2.126)	(16.298)
Aquisição de intangível	2.126	(1.099)
Debêntures com partes relacionadas	-	199.482
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	2.126	198.383
Dividendos pagos a acionistas	-	(182.085)
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	-	(182.085)

21. Instrumentos financeiros

Notas Explicativas

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. As operações desses instrumentos são realizadas pela área de tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria:

Valor justo dos instrumentos financeiros

a) *Instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado*

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, na data das Informações contábeis intermediárias (nível 2 – conforme hierarquia de valor justo), uma vez que:

1. As contas a receber de clientes e as contas a pagar a fornecedores possuem prazo médio de 30 dias.
2. As debêntures com partes relacionadas possuem prazo inferior a um ano e estão atreladas a operações de empresas vinculadas ao seu grupo controlador, conforme apresentado na nota 7 e incorporam os juros a receber até a data do balanço.
3. Credor pela concessão refere-se ao compromisso assumido com o Poder Concedente, conforme mencionado na nota explicativa nº 11.

A seguir são apresentados os saldos de instrumentos financeiros, mensurados ao custo amortizado, mantidos pela Companhia conforme suas características:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativos		
Contas a receber de clientes	37.790	41.268
Debêntures com partes relacionadas	179.740	174.783
Passivos		
Fornecedores	15.885	14.603
Passivos com partes relacionadas (contas a pagar)	1.155	1.754
Credor pela concessão	1.743	1.772

b) *Instrumentos financeiros registrados ao valor justo*

Os equivalentes de caixa estão indexados ao CDI e os valores correspondem ao valor justo na data das Informações contábeis intermediárias (nível 2 – conforme hierarquia de valor justo).

Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

Risco de mercado;
Risco de crédito; e

Notas Explicativas**Risco de liquidez.****a) Riscos de mercado**

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é mitigar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Exposição a riscos e de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI, relativos às debêntures a receber de partes relacionadas e aplicações financeiras.

Em 31 de março de 2022, a Administração efetuou análise de sensibilidade, apresentando dois cenários, e foram consideradas reduções de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures com partes relacionadas e aplicações financeiras que poderão gerar impacto nos resultados e nos caixas futuros da Companhia, conforme descrito a seguir:

- Cenário provável: manutenção nos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 31 de março de 2022;
- Cenário II: redução de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de março de 2022;
- Cenário III: redução de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de março de 2022.

Os cenários II e III, de redução de 25% e 50%, foram aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

	Valor contábil	Cenário provável (i)	Cenário 25% (II)	Cenário 50% (III)
Variação do CDI (i)	-	12,73%	9,55%	6,37%
Aplicações financeiras e debêntures ativas				
Indexador:				
CDB, operações compromissadas – CDI	45.148	5.516	4.139	2.761
Debêntures ativas – CDI	179.740	26.214	17.161	11.441
Exposição líquida	<u>224.888</u>	<u>31.730</u>	<u>21.300</u>	<u>14.202</u>
Redução nas receitas financeiras em relação ao cenário base	-	-	(10.430)	(17.528)

(i) Fonte: Boletim de índices financeiros da BM&F Bovespa projetado para 2022.

Exposição a riscos cambiais

Em 31 de março de 2022, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) *Risco de crédito*

Notas Explicativas

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras aprovadas pela administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias bancárias contratadas por suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias, a Companhia interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

A Companhia apresenta valores a receber principalmente da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A., conforme descrito na Nota 5, decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"). A Companhia possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Abaixo demonstramos a exposição máxima do risco do crédito:

Valor Contábil	31/03/2022	31/12/2021
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	48.658	50.808
Contas a receber e partes relacionadas	37.790	41.268
Debêntures com partes relacionadas	179.740	174.783

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é monitorado por um modelo de gerenciamento que determina as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancário para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa, previstos em reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O gerenciamento do risco de liquidez também leva em consideração a gestão da distribuição de dividendos aos acionistas, os quais, conforme mencionado na nota explicativa nº. 7, tem sido compensados com as debêntures a receber de partes relacionadas.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento dos ativos e passivos financeiros e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos e ativos financeiros com base no vencimento contratual e na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações e recebíveis. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, as atualizações tiveram como base a taxa DI na data do balanço:

Notas Explicativas

Modalidade	Valor contábil	Juros Estimados (a)	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Circulante
Ativos					
Contas a receber e contas a receber poder concedente	37.790	-	37.790	-	37.790
Debentures com Partes relacionadas	179.740	4.680	-	184.420	184.420
Total	217.530	4.680	37.790	184.420	222.210
Passivos					
Credor pela concessão	(1.743)	-	(1.743)	-	(1.743)
Fornecedores e fornecedores partes relacionadas	(17.040)	-	(6.402)	(10.638)	(17.040)
Total	(18.783)	-	(8.145)	(10.638)	(18.783)
Exposição líquida	198.747	4.680	29.645	173.782	203.427

(a) Fluxos de caixa futuros relacionados a taxas variáveis foram projetados com base nos índices de 31 de março de 2022 aplicados e mantidos constantes até os vencimentos dos contratos.

22. Gestão de risco de capital

A Administração gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos na rodovia, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

23. Seguros contratados

A Companhia adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas do mesmo ramo.

Em 31 de março de 2022, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização	Vencimento do contrato
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Danos materiais à rodovia	23.465	09/2022
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Perda de receita (cobertura acessória)	60.000	09/2022
Seguro riscos responsabilidade civil	Danos materiais e corporais a terceiros	65.326	09/2022
Seguro-garantia	Funções operacionais e de conservação	138.795	09/2022

24. Informação por segmento

Notas Explicativas

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações contábeis individualizadas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias, e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

A operação da Companhia consiste em uma única atividade de negócio - na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e os recursos são feitos.

25. Eventos subsequentes

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 25, de 01 de abril de 2022 foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão por mais 140 dias (a partir de 04 de abril de 2022). Com essas prorrogações, o período de exploração da concessão foi estendido para 22 de agosto de 2022.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2022, foi aprovada a proposta para a alocação do lucro líquido do exercício de 2021 da seguinte maneira: (a) R\$ 52.225 (cinquenta e dois milhões, duzentos e vinte e cinco mil reais) distribuídos diretamente ao acionista da Companhia em razão do excedente à conta de Reserva de Lucros, nos termos do art. 199 da Lei das Sociedades por Ações; e (b) R\$ 162.276 (cento e sessenta e dois milhões, duzentos e setenta e seis mil reais) alocados na conta de Reserva de Lucros da Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A 04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores da

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A

Matão – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras intermediárias condensadas, que descreve que o período de exploração do contrato de concessão, detido pela Companhia, foi estendido para 22 de Agosto de 2022 de acordo com o Termo Aditivo e Modificativo nº 25. A Companhia possui outros pleitos de desequilíbrios contratuais em discussão com o Poder Concedente que caso não haja reequilíbrio na modalidade de extensão de prazo, a Companhia entrará em dormência. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 16 de maio de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP014428/O-6

Fernanda A. Tessari da Silva Contadora CRC 1SP252905/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

De acordo com artigo 25 da instrução CVM nº480/09, a diretoria declara que revisou as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de Março de 2022 da Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A., e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da empresa e todos os demais aspectos relevantes correspondentes aos períodos apresentados.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

De acordo com artigo 25 da instrução CVM nº480/09, a diretoria declara que revisou o relatório com a opinião dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de Março de 2022 da Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A., e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tal opinião e parecer sobre as Demonstrações financeiras refletem adequadamente todos os aspectos relevantes da Companhia.